

Fast Shop S.A.

**Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
com relatório do auditor
independente**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração de resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do fluxo de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Fast Shop S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fast Shop S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Fast Shop S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade de ativos fiscais - ICMS

Veja a Nota explicativa 4.f e 8 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui créditos fiscais a recuperar de ICMS decorrentes, entre outros assuntos, do aproveitamento dos valores de ressarcimento do ICMS/ST, incidente sobre venda a consumidor final por valor inferior à base de cálculo presumida, que pode realizar quer através de cessões dos créditos a terceiros, quer pela própria utilização na operação da entidade.</p> <p>Em função disso foi reconhecido ativo fiscal de ICMS, o qual foi mensurado com base em julgamentos e premissas da Companhia, tais como: (i) as projeções de consumo dos créditos, com base em dados históricos; (ii) as projeções de vendas e compras futuras; e (iii) as projeções de venda de créditos a terceiros.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a seleção das premissas e mensuração dos dados, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas consideradas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ol style="list-style-type: none">i. Avaliação, com auxílio de nossos especialistas tributários, dos aspectos tributários da legislação brasileira, objetivando atestar quanto a legalidade da venda dos créditos tributários a terceiros;ii. Inspeção dos contratos já firmados de venda futura dos créditos tributários, atestando assim quanto às projeções de realização de venda de créditos a terceiros;iii. Exame dos livros fiscais de apuração dos impostos, objetivando verificar os dados históricos de consumo dos créditos tributários;iv. Avaliação da razoabilidade da projeção elaborada pela Companhia para o desempenho econômico futuro, bem como comparamos as projeções e os créditos estimados dessas transações com o resultado realizado no exercício seguinte, já incorrido.v. Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo dos ativos fiscais e suas respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Fast Shop S.A.

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	69.487	7.306
Contas a receber, líquido	6	280.276	259.020
Estoques	7	457.480	599.851
Impostos e contribuições a recuperar	8	686.881	396.385
Adiantamentos diversos		4.224	2.462
Despesas antecipadas		1.685	1.873
Outros créditos	9	<u>279.465</u>	<u>632</u>
Total do Ativo Circulante		<u>1.779.498</u>	<u>1.267.529</u>
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.i	391	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	115.808	545.738
Partes relacionadas	13	131.663	91.715
Depósitos judiciais	19	114.481	27.950
Investimentos		3.834	553
Direito de uso	10	131.663	46.819
Imobilizado	11	154.368	139.065
Intangível	12	<u>77.021</u>	<u>59.288</u>
Total do ativo não circulante		<u>729.229</u>	<u>911.128</u>
Total do ativo		<u>2.508.727</u>	<u>2.178.657</u>

Fast Shop S.A.

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	14	887.428	697.806
Financiamento - risco sacado de fornecedores	15	200.619	484.388
Empréstimos	22	172.353	107.233
Passivo de arrendamento	10	28.969	15.806
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	53.810	72.273
Aluguéis a pagar		6.208	11.347
Obrigações tributárias	18	33.306	20.536
Dividendos estatutários	13	-	17.358
Adiantamentos e devoluções de clientes		37.434	26.977
Garantia estendida	19	8.477	26.521
Vendas para entregas futuras		36.548	52.212
Provisões contas a pagar	20	246.420	41.434
Outras obrigações	20	<u>18.968</u>	<u>77.382</u>
Total do passivo circulante		<u>1.730.539</u>	<u>1.609.839</u>
Não circulante			
Aluguéis a pagar		1.396	1.480
Empréstimos	22	100.000	-
Passivo de arrendamento	10	114.129	39.177
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.i	-	34.292
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	44.270	32.781
Parcelamentos tributários		1.782	1.752
Outras obrigações	20	<u>4.400</u>	<u>-</u>
Total do passivo não circulante		<u>265.977</u>	<u>109.482</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	23	208.820	208.820
Reserva especial de dividendos	23	7.000	-
Reservas de lucros	23	<u>296.391</u>	<u>250.516</u>
Total do patrimônio líquido		<u>512.211</u>	<u>459.336</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.508.727</u>	<u>2.178.657</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fast Shop S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota Explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	24	5.134.019	4.032.822
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	26	(4.039.879)	(3.142.868)
Lucro bruto		<u>1.094.140</u>	<u>889.954</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	26	(595.840)	(429.799)
Gerais e administrativas	26	(309.332)	(399.981)
Depreciação e amortização	26	(83.607)	(66.038)
Perda no recebimento de crédito	26	(4.437)	(1.573)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	163.078	171.585
Equivalência patrimonial		<u>(819)</u>	<u>(649)</u>
		(830.957)	(726.455)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>263.183</u>	<u>163.499</u>
Receitas financeiras	27	27.741	18.809
Despesas financeiras	27	<u>(255.755)</u>	<u>(125.111)</u>
Resultado financeiro		(228.014)	(106.302)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>35.169</u>	<u>57.197</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	17.ii	(16.978)	(2.982)
Diferidos	17.ii	<u>34.683</u>	<u>56.681</u>
		17.705	53.699
Lucro líquido do exercício		<u><u>52.874</u></u>	<u><u>110.896</u></u>
Lucro líquido do exercício por ação - R\$			
Básico e diluído	28	253,20	531,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fast Shop S.A.

Demonstração de resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	52.874	110.896
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>52.874</u>	<u>110.896</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fast Shop S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de Lucros				Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Incentivo Fiscal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		150.000	24.036	58.820	125.205	105.000	-	463.062
Aumento de Capital		58.820	-	(58.820)	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	110.896	110.896
Reserva legal	23b	-	5.545	-	-	-	(5.545)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23c	-	-	-	-	-	(9.621)	(9.621)
Dividendos Adicionais Propostos	23c	-	-	-	-	(105.000)	-	(105.000)
Transferência para reserva de lucros	23d	-	-	-	28.863	-	(28.863)	-
Transferência para reserva de Incentivos Fiscais	23e	-	-	66.867	-	-	(66.867)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>208.820</u>	<u>29.581</u>	<u>66.867</u>	<u>154.068</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>459.336</u>
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	52.874	52.874
Reserva legal	23b	-	2.644	-	-	-	(2.644)	-
Dividendos Adicionais Propostos	23c	-	-	-	(7.000)	7.000	-	-
Transferência para reserva de lucros	23d	-	-	-	50.230	-	(50.230)	-
Transferência para reserva de Incentivos Fiscais	23e	-	-	81.736	(81.736)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>208.820</u>	<u>32.225</u>	<u>148.603</u>	<u>115.563</u>	<u>7.000</u>	<u>-</u>	<u>512.211</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fast Shop S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	52.874	110.896
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		
Com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Encargos sobre arrendamento mercantil	11.292	5.847
Encargos sobre aluguéis provisionados	487	240
Equivalência patrimonial	819	649
Descontos obtidos sobre arrendamento COVID-19	-	(1.147)
Diferença de margem ICMS	(243.926)	(159.821)
Depreciação e amortização	46.478	39.160
Amortização de direito de uso	37.129	26.878
Baixas do ativo imobilizado e intangível	1.120	75
Baixas do direito de uso	-	25
Ajuste a valor presente de contas a receber, estoques e fornecedores	5.408	6.905
Juros incorridos entre partes relacionadas	(11.375)	(8.980)
Juros sobre empréstimos	22.542	5.352
Juros sobre risco sacado	63.783	34.242
Atualização monetária sobre contingências tributárias	362	520
Reversão impostos de renda e contribuição social	(17.705)	(53.699)
Provisão (Reversão) para participação nos lucros	(20.077)	7.882
Provisão (Reversão) para perdas de créditos esperada	(460)	692
Provisão (Reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.935	(6.541)
Provisão (Reversão) para giro lento e margem negativa	5.012	(5.743)
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(29.357)	4.324
Estoques	136.835	(8.243)
Impostos e contribuições a recuperar	119.549	(38.167)
Outros ativos operacionais	101.528	(10.528)
Partes Relacionadas	(28.573)	101.315
Fornecedores	193.301	(119.108)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.614	2.319
Aluguéis a pagar	(5.430)	742
Obrigações tributárias	24.203	(2.676)
Dividendos a pagar	-	(134.924)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – pagas	(3.808)	(2.986)
Vendas para entregas futuras	(15.664)	(7.398)
Repasse de garantia estendida	(18.044)	(2.474)
Outros passivos operacionais	(1.764)	(13.229)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>443.088</u>	<u>(227.601)</u>
Pagamento de juros de passivo de arrendamentos	(9.704)	(5.660)
Pagamento de juros de aluguéis	(280)	(191)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	<u>(28.411)</u>	<u>(54.051)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>404.693</u>	<u>(287.503)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra (venda) de ações em investidas	(4.100)	-
Adições ao imobilizado	(78.139)	(60.044)
Adições ao intangível	<u>(2.495)</u>	<u>(435)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(84.734)</u>	<u>(60.479)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(17.358)	(29.441)
Captação de fornecedores risco sacado	1.328.690	1.509.200
Fornecedores risco sacado pago	(1.607.752)	(1.190.125)
Juros sobre risco sacado pago	(68.490)	(28.331)
Arrendamento mercantil	(35.446)	(17.082)
Captação de empréstimos e financiamentos	270.000	119.978
Empréstimos e financiamentos – principal e juros pagos	<u>(127.422)</u>	<u>(18.097)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(257.778)</u>	<u>346.102</u>
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de caixa	<u>62.181</u>	<u>(1.880)</u>
Saldo inicial	7.306	9.186
Saldo final	69.487	7.306
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de caixa	<u>62.181</u>	<u>(1.880)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Fast Shop S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade e no Estado de São Paulo, Rua Eng. Stevenson, 30 – Pavimento 5 – Sala 1, tendo como acionista e controladora final a Fastpar Holding S.A. (“Fastpar”).

A Companhia atua preponderantemente no comércio de eletrônicos, máquinas, equipamentos domésticos, comerciais e de escritório, máquinas e aparelhos eletrodomésticos, aparelhos de áudio, vídeo e som, computadores e microcomputadores, periféricos e telefones celulares e, também, na prestação de serviços de instalação e suporte a clientes. A comercialização dos produtos é realizada por meio da plataforma de vendas pela Internet e de uma rede composta por 85 lojas físicas (87 lojas em 2021), sendo 81 da bandeira Fast Shop e 4 da bandeira A2YOU e 15 centros de distribuição, sendo os principais localizados em Cajamar, no Estado de São Paulo, Pavuna, no Estado do Rio de Janeiro e Paraíba. Durante o exercício de 2022 ocorreram dois encerramentos de loja, sendo as filiais Santa Ursula em fevereiro e a filial West Plaza em dezembro.

Em 2020 a Companhia atendeu as condições precedentes previstas em compromisso de investimento, firmado em setembro de 2019 com a Zissou Assessoria e Consultoria do Sono S.A. (“Zissou”) e com isso, em 5 de agosto de 2020 passou a ter participação de 17,38% na investida. A Zissou encontra-se em fase operacional e tem por objetivo o desenvolvimento das seguintes atividades:

- (i) Consultoria e assessoria em modelagem, produção e comercialização, online e off-line, de artigos de sono, casa e decoração, e de vestuário, incluindo colchões, roupas de cama, travesseiros, roupas, calçados, pijamas, e outros artigos e acessórios para cama;
- (ii) Consultoria e assessoria na administração de bens e direitos comerciais, como marcas e patentes de comércio e indústria e contatos comerciais de franquia; e
- (iii) Consultoria na representação comercial dos produtos indicados no item “i” acima, incluindo a consultoria e assessoria para importação e exportação destes produtos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, que é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize estimativas. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes na preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e sua emissão autorizadas pela Administração em 30 de março de 2023.

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a. Princípios gerais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

a.1 Receita de Venda de Mercadorias

As receitas de vendas de produtos e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados aos produtos vendidos, ou seja quando as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e descontos comerciais.

A receita é reconhecida quando a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

a.2 CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47, emitido em 2016, estabelece o modelo de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo o CPC 47, as receitas são reconhecidas pelo valor que reflete a contraprestação à qual uma Companhia espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

a.3 Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas a medida que o serviço for prestado, de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

As receitas de prestação de serviços têm a seguinte origem:

- Serviços de instalação: reconhecidos quando da instalação dos produtos adquiridos pelo cliente.

- Comissão de seguro e garantia: valores relacionados à intermediação da venda de seguro e garantia estendida ao cliente, os quais são integralmente repassados a seguradora Zurich, e a receita de comissão é reconhecida mediante a emissão de nota fiscal de serviço, correspondente ao valor que será pago à Fast Shop.
- Serviços “Fast Prime”: serviço de assinatura nas modalidades mensal e anual, sendo Fast Prime e Fast Prime Plus, que oferece benefícios como ofertas exclusivas, frete grátis, eventos e conteúdos exclusivos, atendimento via aplicativo, entrega Ultra Fast, serviço de instalação grátis e suporte técnico remoto e presencial. A receita é reconhecida no momento da venda ou renovação do plano.
- Omniplace/O2: Receita de comissão proveniente da intermediação nas vendas de parceiros do *Market Place*, que utilizam o canal virtual da Fast Shop para anunciar e efetuar vendas. A Fast Shop faz a intermediação financeira, repassando os valores das vendas aos parceiros e retendo a comissão, mediante emissão de nota fiscal de serviço, com respectivo reconhecimento da receita. A nota fiscal de produto é emitida pelo parceiro.

b. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é o contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

b.1 Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento Inicial

Ativos financeiros não derivativos, exceto contas a receber, são mensurados no reconhecimento inicial pelo seu valor justo, acrescido (no caso de ativo que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado) dos custos da transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição.

Classificação de Instrumentos Financeiros

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Avaliação do Modelo de Negócios

A avaliação do modelo de negócios requer a classificação do ativo em um dos modelos de negócios definidos pelo CPC 48. Os modelos de negócios refletem como a Companhia administra os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa com base em cenários que a Companhia espera razoavelmente que ocorram. Para realizar a avaliação do modelo de negócios, a Companhia agrupou ativos financeiros em carteiras de ativos administrados em conjunto.

Objetivo

Mensuração

Receber os pagamentos contratuais ao longo da vida do instrumento

Ao custo amortizado

Manter para negociação ou mensurados ao valor justo

Ao valor justo por meio do resultado

Avaliação das características do fluxo de caixa contratual

A avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais é exigida a fim de determinar se os fluxos de caixa contratuais consistem exclusivamente em “SPPI”- pagamentos de principal ou juros sobre o montante principal proeminente.

Quando os fluxos de caixa dos ativos consistem exclusivamente de SPPI - posteriormente será mensurado seguindo o resultado da avaliação do modelo de negócios. No entanto, quando os fluxos de caixa dos ativos não consistem apenas de SPPI, deverá ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado, independente do modelo de negócios.

Mensuração subsequente dos ativos financeiros da Companhia

Os critérios de mensuração subsequente dos ativos financeiros são apresentados a seguir:

- Ao custo amortizado - Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros a custo amortizado incluem: investimentos restritos, clientes e outras receitas que não sejam cartão de crédito, contas a receber de partes relacionadas, depósitos em garantia e reserva de manutenção;

- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

- Ao valor justo por meio do resultado - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: recebíveis de cartão de crédito.

b.2 Passivos Financeiros não Derivativos - Reconhecimento Inicial e Mensuração Subsequente

Reconhecimento Inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado e quando aplicável.

Passivos financeiros não derivativos, são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um passivo financeiro.

Mensuração subsequente dos passivos financeiros da Companhia

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Todos os passivos financeiros não derivativos da Companhia na data do balanço são mensurados pelo custo amortizado e consistem principalmente em financiamentos e contas a pagar.

b.3 Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; ou
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo de 'repassé' e; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações mantidos.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou a máxima contraprestação que puder ser exigida, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro da mesma contraparte com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

b.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado nas demonstrações de resultado se houver direito legal de compensar os montantes reconhecidos e intenção em liquidar numa base líquida, ativos e passivos simultaneamente.

b.5 Imparidade de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas de acordo com as exigências do CPC 48.

Contas a receber de clientes

A Companhia utiliza a abordagem simplificada permitida pelo CPC 48 para estimar a provisão para perdas em contas a receber de clientes.

Na abordagem simplificada, a Companhia estima perdas de crédito esperado dos valores a receber ao longo da vida na data do balanço (com vida contratual inferior à 12 meses em todos os casos) uma vez que eles resultam de transações com clientes e não têm componente de financiamento significativo.

A Companhia considera recebíveis de cartão de crédito como baixo risco de inadimplência, tendo em vista que não possui histórico de perdas de crédito sobre tais recebíveis e espera-se que não tenha, portanto, não há reconhecimento de provisão para perda esperada.

A fim de estimar perdas de crédito decorrentes de contas a receber e ativos contratuais a Companhia segrega tais ativos em carteiras de recebíveis para aqueles que possuem características semelhantes de risco de crédito. Para cada carteira a Companhia mede a taxa histórica de perdas (líquidas de recuperações) de recebíveis inadimplentes ao longo de um período histórico relevante, considerando inadimplentes aqueles com atraso superior há 90 dias.

A estimativa do impacto das condições econômicas futuras é baseada na correlação observável com indicadores macroeconômicos. A Companhia revisa tempestivamente o período histórico em que as perdas são mensuradas e o indicador macroeconômico relevante a ser utilizado, e como correlacionar com a experiência de inadimplências.

Outros ativos financeiros

Para outros ativos financeiros a Companhia avalia individualmente para cada contraparte, se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Esta determinação baseia-se em informações disponíveis da contraparte. Caso haja classificação do risco de crédito da contraparte por agência de rating disponível, tal informação é levada em consideração.

Para ativos financeiros que não possuam aumento significativo no risco de crédito, uma estimativa de perdas de crédito esperada é feita com base em eventos de inadimplência de um instrumento financeiro mensurável dos próximos 12 meses após a data do balanço, enquanto que para os ativos com um aumento significativo no risco de crédito a estimativa é feita com base nas perdas resultantes de eventos de inadimplência mensuráveis ao longo da vida do ativo.

Uma provisão para perda é reconhecida quando a Companhia estima que haverá o risco de perdas de crédito durante o período. Na mensuração da provisão, a Companhia considera pelo menos três cenários (padrão, otimista e pessimista) e para cada um, é feita uma estimativa dos fluxos de caixa (incluindo os fluxos de caixa de garantia). Os fluxos de caixa estimados resultantes de cada cenário são descontados a valor presente na data do balanço e são ponderadas pela probabilidade que baseia-se em julgamento para cada cenário.

b.6 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto, tampouco contratou tais instrumentos durante os exercícios findos naquelas datas.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor; são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d. Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e relacionadas às operações de venda com cartões de crédito, deduzidas da provisão para perdas de crédito esperadas, conforme política divulgada na nota 4.b.

As operações de venda a prazo, prefixadas, foram trazidas a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de juros incluída no valor da venda a prazo. A constituição do ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber” e sua realização é registrada na rubrica “Receitas financeiras”, pela fruição do prazo.

e. Estoques

Registrados ao custo médio de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realização, quando este for inferior, e provisão para perdas para itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

f. Bonificações

As bonificações e os descontos de fornecedores são reconhecidos como redução dos correspondentes custos dos produtos vendidos, quando relacionados aos estoques, e como redução das despesas de propaganda, quando relacionados a propaganda cooperada, incorridas basicamente por meio de acordos comerciais, atrelados a volume de compras e/ou verbas de participações em campanhas promocionais.

g. Imobilizado

Registrado ao valor de custo de aquisição, formação ou construção deduzido de depreciação e, quando aplicável, perda por redução ao valor de recuperação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10. A depreciação das instalações e das benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois, o menor. A depreciação inicia-se quando da abertura da loja e do início da utilização dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme os termos do contrato de arrendamento em questão.

h. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

i. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“*impairment*”).

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs).

j. Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento previstas em contrato. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contrato. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), e portanto, os pagamentos são reconhecidos como despesas operacionais (vide nota explicativa nº 25).

k. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

l. Fornecedores - Risco Sacado

Representado por antecipações realizadas juntamente com instituições financeiras para antecipação de recebíveis de fornecedores, ou seja, um financiamento que proporciona a Companhia a postergação do pagamento e que de fato ocorre diretamente com uma instituição financeira. A Companhia aplicou as orientações divulgadas no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2021 e também 02/2022, considerando os prazos de alongamento praticados, juros incorridos e classificação contábil nas notas explicativas.

m. Venda para entrega futura

Representa vendas já realizadas, porém não entregues aos consumidores, substancialmente representadas por listas de presentes e de casamento e produtos vendidos e não entregues, uma vez que a obrigação de desempenho não ocorreu para o reconhecimento da receita até a data de encerramento de cada exercício.

n. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas mediante uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado na data de encerramento de cada exercício.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação até a data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A provisão para riscos está atualizada até a data de encerramento de cada exercício, pelo montante provável de perda, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

o. Ajuste a valor presente de ativos

Os ativos de curto prazo, quando relevantes, foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa de juros cobrada nas operações de vendas, sendo 19,56% a.a. em 31 de dezembro de 2022. A constituição do ajuste a valor presente do ativo de clientes a receber tem como contrapartida a rubrica “Ajuste a valor presente de Clientes” e sua realização é registrada na rubrica “Receita Operacional Líquida”, pela realização dos clientes.

p. Ajuste a valor presente de passivos

Os passivos de curto prazo, quando relevantes, foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa de juros básica (SELIC). A constituição do ajuste a valor presente do passivo de fornecedores tem como contrapartida a rubrica “Estoques para revenda” e sua realização é registrada na rubrica “Custos dos produtos e serviços vendidos”, pela realização dos estoques, e em “Despesas financeiras” pelo pagamento aos fornecedores.

q. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos estão apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, se inferior, e os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até a data de encerramento de cada exercício.

r. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A alíquota de IRPJ é de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a da CSLL é de 9% sobre o lucro tributável.

A despesa de IRPJ e CSLL correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no fim do exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta interpretação do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da norma quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas.

A Companhia informa que concluiu suas análises e não identificou tratamentos fiscais incertos, ou seja, é mais provável que as autoridades fiscais aceitem o montante apurado em suas declarações de Imposto de Renda. Sendo assim, não vislumbrou cenários de incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro para constituição de ativos ou passivos, fiscais ou diferidos, sob a ótica da nova norma.

s. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos, feita pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo circulante, na rubrica “Dividendos obrigatórios”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.

Em 31 de dezembro 2022 foi constituído dividendo adicional proposto, conforme determina ICPC 08 (R1).

t. Lucro por ação

Conforme o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, o resultado deve ser apresentado como básico e diluído, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 24.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB

a. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência--Continuação

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Alteração da norma CPC 26/IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Alteração da norma CPC26/IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis (2) – Divulgação de políticas contábeis. Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras

Alteração da norma CPC23/IAS 8 – Definição de estimativas contábeis. Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração da norma CPC32/IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06/IFRS 16 – Arrendamentos, CPC 15/IFRS 3 - Referências à Estrutura Conceitual, CPC 25/IAS27 - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento de Contrato, CPC 27/IAS 16 - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido. Estas alterações de norma são efetivas para o exercício iniciado em 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

b. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de ‘estimativa contábeis’. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.

Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

4 Principais fontes de julgamento e estimativas

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente quanto exercícios futuros.

a. Avaliação do valor recuperável do imobilizado e intangível

Os bens do imobilizado, do intangível e de outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Vide nota explicativa nº 9.

b. Provisão para perdas de créditos esperadas

Provisão para perdas de créditos esperadas está baseada no resultado de uma análise histórica de inadimplência de sua carteira. Vide nota explicativa nº 6

c. Provisão para perdas com estoques

Avaliada em virtude da análise de margem e obsolescência dos estoques, considerando-se os estoques sem condição de venda, por defeito ou com tecnologia superada, e que não são reembolsáveis pelos fornecedores. Vide nota explicativa nº 7

d. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. A provisão é constituída para todos os riscos que representam perdas prováveis, na opinião dos assessores legais da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais.

A Administração acredita que essa provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. Vide nota explicativa nº 21

e. Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, deduzido de todas as diferenças temporárias, anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos. Vide nota explicativa nº 17

f. Tributos a recuperar

Os critérios para avaliação dos prazos de recuperação dos créditos tributários envolvem um elevado grau de julgamento na determinação de premissas de compensação, que considera as projeções de consumo dos créditos, que é baseado nos dados históricos e nas projeções de vendas e compras futuras, além da avaliação da premissa de expectativa de cessão de crédito à terceiros. Vide nota explicativa nº 8.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	5.386	1.151
Fundo fixo e caixa	1.631	3.954
Aplicações financeiras Automática (a)	10.45	2.190
Aplicações financeiras CDB (b)	52.014	10
Total	69.487	7.306

- (a) Estão representadas por aplicações automáticas conforme a disponibilidade do saldo da conta corrente com liquidez imediata e são remuneradas pela alíquota média correspondente à 10% (50% em 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- (b) Estão representadas por aplicações CDB fácil com liquidez imediata e são remuneradas pela alíquota média correspondente à 101,5% (97% em 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Operadoras de cartão (a)	172.414	107.897
Trade-in a receber	74.968	70.841
Bonificações	42.414	56.984
Contas a receber de pessoa jurídica (b)	3.958	28.995
Outros recebíveis	742	422
Ajuste a valor presente de clientes	(11.929)	(3.368)
Provisão para perdas de créditos esperada (c)	(2.291)	(2.751)
Total	280.276	259.020

- (a) Apresentadas líquidas das taxas de administração por elas cobradas.

A Companhia antecipa os recebíveis de cartão de crédito com as administradoras sem nenhum direito de regresso nem coobrigação relacionada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia antecipou recebíveis, no montante de R\$1.663.089 (R\$1.953.704 em 2021), gerando encargos no valor de R\$ 64.897 conforme demonstrado na nota explicativa nº 27.

- (b) Referem-se às vendas corporativas realizadas diretamente às pessoas jurídicas.

- (c) Constituída conforme análise da Administração sobre as prováveis perdas dos créditos em aberto.

A seguir, são demonstrados o saldo do Contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer:		
Acima 360 dias	1.934	4.623
De 181 a 360 dias	70.470	13.566
De 121 a 180 dias	23.268	11.104
De 91 a 120 dias	3.327	6.342
De 61 a 90 dias	3.858	7.045
De 31 a 60 dias	6.013	11.035
Até 30 dias	173.697	208.056
Total	282.567	261.771

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperada é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(2.751)	(2.059)
Provisão	(3.664)	(1.453)
Reversão	<u>4.124</u>	<u>761</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(2.291)</u>	<u>(2.751)</u>

7 Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Produtos para revenda	460.145	542.492
Produtos em trânsito	15.105	68.144
Material de consumo e embalagem	6.605	7.053
Provisão para giro lento e margem negativa	(12.063)	(7.050)
Estoque a valor presente	<u>(12.312)</u>	<u>(11.788)</u>
Total	<u>457.480</u>	<u>599.851</u>

A movimentação da provisão para giro lento e margem negativa é como segue:

	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	(7.050)	(12.793)
Provisão	(12.063)	(7.050)
Reversão	<u>7.050</u>	<u>12.793</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(12.063)</u>	<u>(7.050)</u>

8 Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS-ST (a)	85.588	100.169
ICMS (b)	547.389	545.835
PIS e COFINS (c)	138.018	246.821
IRPJ e CSLL (d)	30.815	25.203
Outros	<u>880</u>	<u>24.094</u>
Total	<u>802.690</u>	<u>942.122</u>
Circulante	686.881	396.385
Não circulante	<u>115.808</u>	<u>545.738</u>
Total	<u>802.690</u>	<u>942.123</u>

- (a) O valor de **R\$85.588 (CP)** possui único evento: Trata-se do saldo da apuração do ICMS-ST de SP, formado pela homologação de créditos via CAT83, devido ao pagamento indevido de ICMS-ST do período de 2020 e 2021. Valor que possui estimativa de consumo nos próximos 12 meses.
- (b) O valor de **R\$547.389** é dividido em oito eventos: **(i) R\$322.942 (CP)**: Créditos homologados dos anos de out/2016 a dez/2021, os quais estão destinados a venda para parceiros, dentro dos próximos 12 meses. **(ii) R\$129.493(CP)**: Créditos homologados referente período nov/2016 a dez/2021 a CAT 158 que possui estimativa de consumo os

últimos 12 meses. **(iii) R\$3.494 (CP):** Refere-se ao valor pago indevidamente para ES e com processo administrativo para ressarcimento, dentro dos próximos 12 meses. **(iv) R\$2.497 (CP):** Valores de ICMS dos demais estados e que serão consumidos dentro dos próximos 12 meses. **(v) R\$2.117 (CP):** Créditos fiscais oriundos dos Termos de Acordo da Paraíba e Espírito Santo que permitem saídas beneficiadas com alíquota presumida. **(vi) R\$1.853 (CP):** Operações com Mercadoria em trânsito - Transferências entre CD's, onde fica-se aguardando as entradas das notas fiscais no destino. **(vii) R\$66.649 (LP):** Valores referente à CAT42 do período de 2022, pendente de homologação. **(viii) R\$18.344 (LP):** Valor relacionado aos créditos futuros, oriundos de recolhimentos para Antecipação Tributária no estado de Pernambuco (Portaria SF nº 147/2008, VI, "a").

- (c) O valor de **R\$138.018** é dividido em dois eventos: **(i) R\$137.071 (CP):** A Companhia obteve decisão judicial favorável referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins para o período de Jan/2005 a Dez/2014, com trânsito em julgado em 27/09/2018, via Processo Judicial 0007380-39/2010.403.6100 e para o período de jan/2015 a abr/2020, com trânsito em julgado em 17/04/2020, via Processo Judicial 5002620.15.2017.4.03.6100. O valor total habilitado para fins de compensação, junto a Receita Federal do Brasil, decorrente de decisão judicial transitada em julgado, foi de **R\$409.752** sendo R\$266.452 de original e R\$143.300 de Selic. Desde então, ambos os créditos estão sendo utilizados para compensação de tributos federais autorizados pela Receita Federal do Brasil. Conforme estudo de monetização, considerando as mudanças das regras de crédito estabelecidas pela IN 2.121/2022 e MP 1.159/2023, o saldo residual de R\$137.071 tem como expectativa de consumo os próximos 12 meses. **(ii) R\$947 (CP):** Refere-se ao pagamento indevido ou à maior de PIS e da Cofins em 2020, que também tem expectativa de consumo nos próximos 12 meses.
- (d) O valor de **R\$30.815** é dividido em dois eventos: **(i) R\$25.121 (LP):** Em função da decisão do STF (Recurso Extraordinário nº 1.063.187), em 2021, quanto à não incidência do IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário, a Cia em relação aos valores da SELIC acumulada, oriundo dos Processos Judiciais da Exclusão do ICMS da base de Cálculo do PIS e da Cofins, registrou no seu ativo a recuperar longo prazo, valores os quais já havia sido objeto de tributação do IRPJ e CSLL, do período de apuração 2005 a 2020. Importante mencionar que a Cia obteve Processo Judicial sobre o tema e que ocorreu o trânsito em julgado em 01/09/2022. O valor está em processo de habilitação na Receita Federal do Brasil para posterior compensação. **(ii) R\$5.694 (LP):** Refere-se ao pagamento indevido ou à maior do IRPJ e CSLL em 2019, que está em análise junto a Receita Federal do Brasil.

9 Outros Créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Cessão de crédito (a)	278.428	-
Contas a receber parceria	1.037	632
Total	279.465	632

- (a) O valor de **R\$278.428 (CP)** possui único evento: Trata-se do somatório dos contratos de cessão (venda) de crédito de ICMS firmados no ano de 2022, referente às homologações da CAT 42 de São Paulo ocorridas em 2022. Esses valores possuem como estimativa o recebimento nos próximos 12 meses, conforme descritos nos contratos.

10 Direito de uso e passivo de arrendamento

As movimentações na rubrica "Direito de uso" foram as seguintes:

	31/12/2020	Adições	Remensurações	Baixas	31/12/2021	Adição	Remensurações	31/12/2022
Custo:								
Imóveis	102.910	-	14.618	(111)	117.417	100.797	21.176	239.39
Veículos	851	-	164	-	1.015	-	-	1.015
Total do custo:	103.761	-	14.782	(111)	118.432	100.797	21.176	240.405
Depreciação acumulada:								
Imóveis	(44.396)	(26.332)	-	86	(70.642)	(37.101)	-	(107.743)
Veículos	(425)	(546)	-	-	(971)	(28)	-	(999)
Total da depreciação	(44.821)	(26.878)	-	86	(71.613)	(37.129)	-	(108.742)
Valor líquido	58.940	(26.878)	14.782	(25)	46.819	(63.668)	21.176	131.663

Movimentação do passivo de arrendamento:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	54.983	73.013
Adição/ remensurações	121.973	12
Juros incorridos	11.292	5.847
Pagamento de principal	(35.446)	(17.082)
Pagamento de juros	(9.704)	(5.660)
Descontos obtidos COVID-19	-	(1.147)
Saldo final em 31 de dezembro	143.098	54.983
Circulante	28.969	15.806
Não circulante	114.129	39.177

Fluxo de pagamentos contratuais a valor presente em 31 de dezembro de 2022

Vencimento	Taxa Média Ponderada (CDI + Spread)	2023	2024	2025	2026	2027	Acima de 2027	Total
2023-2024	10,1%	7.314	1.020	-	-	-	-	8.334
2025-2027	9,6%	6.956	6.767	5.338	2.970	1.870	-	23.900
2028-2030	7,8%	12.825	13.713	14.762	15.917	17.188	17.189	91.594
2031	5,3%	1.874	1.968	2.058	2.156	2.261	8.952	19.270
Total Geral		<u>28.969</u>	<u>23.467</u>	<u>22.159</u>	<u>21.043</u>	<u>21.319</u>	<u>26.142</u>	<u>143.098</u>

11 Imobilizado

	Taxa anual média de depreciação -%	31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	6	34.273	(21.299)	12.974	30.838	(19.318)	11.520
Móveis e utensílios	6	78.643	(56.062)	22.581	77.706	(51.019)	26.687
Veículos	10	11.761	(8.137)	3.624	11.394	(7.037)	4.357
Equipamentos de informática	5	10.100	(8.896)	1.204	10.121	(8.481)	1.640
Imobilizado em andamento	-	42.894	-	42.894	44.484	-	44.484
Benfeitorias e instalações	7	<u>188.661</u>	<u>(117.570)</u>	<u>71.091</u>	<u>155.297</u>	<u>(104.920)</u>	<u>50.377</u>
Total		<u>366.332</u>	<u>(211.964)</u>	<u>154.368</u>	<u>329.840</u>	<u>(190.775)</u>	<u>139.065</u>

As movimentações na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência (a)	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência (a)	31/12/2022
Custo:									
Máquinas e equipamentos	27.745	3.137	(44)	-	30.838	3.661	(1.302)	1.076	43.273
Móveis e utensílios	74.530	3.169	(34)	41	77.706	944	(1)	(6)	78.643
Veículos	9.667	1.886	(159)	-	11.394	446	(79)	-	11.761
Equipamentos de informática	9.312	962	(153)	-	10.121	36	(57)	-	10.100
Imobilizado em andamento	19.676	49.818	-	(25.010)	44.484	72.261	-	(73.851)	42.894
Benfeitorias e instalações	153.676	1.072	-	549	155.297	791	-	32.573	188.661
Total do custo	294.606	60.044	(390)	(24.420)	329.840	78.139	(1.439)	(40.208)	366.332
Depreciação acumulada:									
Máquinas e equipamentos	(17.482)	(1.862)	26	-	(19.318)	(2.179)	198	(1)	(21.300)
Móveis e utensílios	(45.928)	(5.118)	27	-	(51.019)	(5.045)	1	1	(56.062)
Veículos	(6.376)	(771)	110	-	(7.037)	(1.163)	63	-	(8.137)
Equipamentos de informática	(8.276)	(357)	152	-	(8.481)	(471)	57	-	(8.895)
Benfeitorias e instalações	(92.607)	(12.313)	-	-	(104.920)	(12.650)	-	-	(117.570)
Total da depreciação	(170.669)	(20.421)	315	-	(190.775)	(21.508)	319	-	(211.964)
Valor líquido	123.937	39.623	(75)	(24.420)	139.065	56.631	(1.120)	(40.208)	154.368

(a) Valores transferidos para o grupo de Intangível conforme natureza - vide Nota explicativa nº 11

Avaliação do valor recuperável

Os testes de recuperação são realizados anualmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos cedidos em garantia

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia ou arrolados em defesa de processos judiciais, exceto pelas obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro que estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados.

12 Intangível

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	20	162.068	(85.706)	76.362	119.365	(61.182)	58.183
Marcas e Patentes		16.215	(15.556)	659	16.215	(15.110)	1.105
Total		178.283	(101.262)	77.021	135.580	(76.292)	59.288

As movimentações na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

	31/12/2020	Adições	Transferência (a)	31/12/2021	Adições	Transferência (a)	31/12/2022
Custo:							
Software	94.510	435	24.420	119.365	2.495	40.208	162.068
Fundo de comércio	16.215	-	-	16.215	-	-	16.215
Total do custo	110.725	435	24.420	135.580	2.495	40.208	178.283
Amortização acumulada:							
Software	(42.917)	(18.265)	-	(61.182)	(24.524)	-	(85.706)
Fundo de comércio	(14.636)	(474)	-	(15.110)	(446)	-	(15.556)
Total da amortização	(57.553)	(18.739)	-	(76.292)	(24.970)	-	(101.262)
Valor líquido	53.172	(18.304)	24.420	59.288	(22.475)	40.208	77.021

(a) Valores transferidos do grupo do Imobilizado conforme natureza - vide nota explicativa nº 10.

13 Partes relacionadas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não circulante:		
Corcam Tecnologia S.A (a)	52.416	40.652
Fastpar Holding Ltda. (a)	56.811	2.593
Fast Ventures Ltda. (a)	3.280	6.511
Vertis Tecnologia em informática S.A (a)	1.791	-
Sossego Consultoria e Corretagens de Seguro S.A (a)	846	25.846
Tandori Holding S.A. (a)	869	772
Kooen Participações Ltda	650	341
Sócios	<u>15.000</u>	<u>15.000</u>
	<u>131.663</u>	<u>91.715</u>
Passivo circulante:		
Dividendos a pagar:		
Fastpar Holding Ltda.	-	17.358
Receita financeira:		
Corcam Tecnologia S.A (a)	5.505	1.637
Fastpar Holding Ltda. (a)	4.800	5.577
Fast Ventures Ltda. (a)	226	412
Sossego Consultoria e Corretagens de Seguro S.A (a)	643	1.115
Tandori Holding S.A. (a)	97	34
Vertis Tecnologia em informática S.A (a)	41	204
Kooen Participações Ltda (a)	63	1

- (a) Referem-se aos contratos de mútuos firmados com as referidas partes relacionadas, remuneração pela Selic mensal, vencimento 5 anos.

As transações com Partes Relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

A receita com vendas de mercadorias realizadas para acionistas foi de R\$ 343 em 2022 (R\$ 448 em 2021).

Remuneração da Administração

Em 2022, a remuneração dos diretores foi de R\$ 10.110 (R\$ 10.359 em 2021). A Companhia não concede benefícios pós-emprego nem de rescisão de contrato de trabalho. Até 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foi registrado nenhum benefício de longo prazo.

De acordo com a legislação societária brasileira e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos diretores.

14 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	888.296	699.137
(-) Ajuste a valor presente	(8.877)	(5.199)
Operação Vendor	5.634	4.026
Outros	<u>2.375</u>	<u>(158)</u>
Total	<u>887.428</u>	<u>697.806</u>

15 Financiamento - Risco sacado de fornecedores

	Modalidade	Encargos financeiros	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	Risco sacado	1,35% a.m.	<u>200.619</u>	<u>484.388</u>

Mapa Risco Sacado

	Saldo Inicial 2021	Risco Sacado Contratado	Juros incorridos	Risco Sacado Pago	Juros Pagos	Saldo final 2022
Risco Sacado	484.388	1.328.690	63.783	(1.607.752)	(68.490)	200.619

	Saldo Inicial 2020	Risco Sacado Contratado	Juros incorridos	Risco Sacado Pago	Juros Pagos	Saldo final 2021
Risco Sacado	159.402	1.509.200	34.242	(1.190.125)	(28.331)	484.388

Convênio de colaboração recíproca em operações de aquisição de crédito sob a modalidade de “risco sacado” mediante a confirmação de informações mercantis, firmado entre a Companhia e as instituições financeiras de primeira linha para antecipação, sem direito de regresso, por parte dos fornecedores da Companhia, de seus valores a pagar, sendo a Companhia, a partir da data da cessão dos referidos créditos, a responsável pela liquidação dessas antecipações com as instituições financeiras.

16 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias e encargos	30.455	28.583
Salários	9.063	10.281
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	6.614	6.568
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.685	3.922
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	2.108	2.048
Outros	814	722
Participação nos resultados	<u>71</u>	<u>20.149</u>
Total	<u>53.810</u>	<u>72.273</u>

17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para despesas diversas	88.865	28.292
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15.052	11.146
Provisão para perda com estoques	4.101	2.397
Provisão para perdas de créditos esperadas	779	935
IFRS 16	4.539	3.436
IFRS 15	790	1.194
Total Ativo Diferido	114.126	47.400
Exclusão do Crédito de ICMS na base do PIS/COFINS	(17.726)	(58.155)
Ajuste a valor presente devido	(1.024)	(2.624)
Diferenças de taxas de depreciação	(4.474)	(1.981)
Verbas de fornecedores	(13.670)	(18.932)
Crédito de ICMS homologado	(76.841)	-
Total Passivo Diferido	(113.735)	(81.692)
Total Diferido	(391)	(34.292)

(ii) Conciliação do crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	35.169	57.197
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota fiscal nominal	(11.958)	(19.447)
Diferenças temporárias e permanentes, líquidas	27.311	45.300
Resultado de períodos anteriores	2.352	27.846
Despesa de imposto de renda e contribuição social	17.705	53.699
Correntes	(19.330)	(30.828)
Resultado de períodos anteriores (Inovação Tecnológica)	2.352	2.643
Estorno de Selic repetição de indébito	-	25.203
Diferidos (Ativo e Passivo)	34.683	56.681
Total	17.705	53.699
Alíquota fiscal efetiva sobre o resultado do exercício	(50%)	(94%)

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração. A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 392 é integralmente no ano de 2023.

18 Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS-ST	179	2.552
ICMS	16.455	8.554
PIS e COFINS	14.726	7.949
Outros (a)	<u>1.946</u>	<u>1.481</u>
Total	<u>33.306</u>	<u>20.536</u>

- (a) O valor de **R\$1.946** é dividido em três eventos: (i) **R\$455**: Trata-se do ISS recolhido de serviços tomados e prestados. (ii) **R\$1.432**: Valores de INSS, PIS, Cofins, CSLL e IRRF retidos em notas de serviços e (iii) **R\$59**: Valor de CSLL a Recolher de Dez/2022.

19 Garantia estendida

Em 8 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controladora Fastpar celebraram acordo operacional com a seguradora Zurich Minas Brasil Seguros visando à comercialização e estipulação dos produtos de garantia estendida e seguro para furto, roubo e quebra, por meio dos canais de distribuição à sua base de clientes pelo prazo de seis anos.

Nesse período, a Companhia fará a intermediação dos produtos de garantia estendida e seguro para furto, roubo e quebra, os quais serão comercializados e faturados diretamente aos clientes e os valores dos “prêmios” serão totalmente repassados à Zurich mensalmente, sendo a Companhia remunerada por uma comissão sobre o valor de cada transação.

A Companhia recebeu uma verba de forma antecipada em 19/12/2016 no valor de R\$ 32.500 a título de antecipação pela angariação de garantia e seguros no âmbito de contratos celebrados com a Zurich Minas Brasil Seguros, sendo amortizada mensalmente pelo cumprimento dos compromissos assumidos e metas de venda de Garantia, com respectivo efeito no resultado registrado na rubrica “Outras Receitas” nota 23 - Outras receitas (despesas) operacionais, sem efeito no resultado em 2022 (R\$ 5.171 em 2021).

	31/12/2022	31/12/2021
Garantia estendida	5.811	20.515
Seguro furto e roubo	2.166	4.006
Contrato Zurich - Métrica de Qualidade	<u>1.500</u>	<u>2.000</u>
Total	<u>9.477</u>	<u>26.521</u>
Circulante	8.477	26.521
Não circulante	<u>1.000</u>	<u>-</u>
Total	<u>9.477</u>	<u>26.521</u>

20 Provisões - contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão fornecedores (a)	<u>246.420</u>	<u>41.434</u>
	<u>246.420</u>	<u>41.434</u>

- (a) Provisão assessoria fiscal Smart Tax de R\$ 204.665 referente a serviços especializados na recuperação dos créditos tributários. Vide Nota Explicativa nº 8 de impostos a recuperar; Provisões dos valores a pagar referente ao contrato com a IBM, Saldo de R\$ 12.814; Despesas de Mídias on-line e off-line, saldo de R\$ 10.814; Despesas de fretes dos centros de distribuição e fretes, saldo de R\$ 8.048; Despesa da multa contratual da Zurich, ocorrida em dezembro de 2022, valor de R\$ 3.400 ; Outras provisões, saldo de R\$ 6.679.

Outras obrigações

	31/12/2022	31/12/2021
Crédito de clientes (b)	12.253	27.945
Receita diferida	3.569	3.378
Outras	7.544	4.624
Total	23.366	35.947
Circulante	18.966	35.947
Não Circulante	4.400	-
Total	23.366	35.947

21 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2020	Adições	Baixas	Pagamentos	31/12/2021	Adições	Baixas	Pagamentos	31/12/2022
Tributário (a)	8.788	519	(6.398)	(47)	2.862	362	(1.415)	-	1.809
Trabalhista (b)	30.676	27.072	(25.997)	(2.836)	28.915	39.026	(26.029)	(2.935)	38.977
Cíveis (c)	2.325	591	(1.809)	(103)	1.004	3.388	(35)	(873)	3.484
Total	41.789	28.182	(34.204)	(2.986)	32.781	42.776	(27.479)	(3.808)	44.270

As principais características das contingências envolvendo a Companhia podem ser resumidas como segue:

- (a) A Companhia no desenvolvimento das suas atividades, tem um total de provisionamento referente a autuações Federais e Estaduais. O valor provisionado refere-se à autuação referente a ICMS.
- (b) A Companhia é parte em reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros, em que se discute principalmente diferença de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras, intervalo intrajornada, além de outras verbas de natureza trabalhista.
- (c) A Companhia também é parte em ações e procedimentos cíveis, no âmbito da justiça cível e do juizado especial cível, movidos por consumidores e fornecedores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização.

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía ações de natureza tributária, cível e trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como possíveis, no montante de R\$ 706.159 (R\$ 668.916 em 31 de dezembro de 2021), que não estão provisionadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, conforme demonstrado a seguir:

	Tributário (a), (b), (c)	Cíveis	Trabalhista	Total
2022	646.877	10.987	48.295	706.159
2021	617.294	9.442	42.180	668.916

- (a) Em julho de 2020, foi lavrado auto de infração contra a empresa, no valor total de 478.018 (R\$ 439.749 em dezembro de 2021) para cobrança de PIS e COFINS sobre produtos classificados com isenção de alíquota. A empresa apresentou defesa administrativa e neste momento o processo aguarda julgamento da DRJ.
- (b) Em março de 2014, foi lavrado pela Receita Federal/Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais - DEFIS um Auto de Infração Fiscal - AIF no montante total de R\$ 100.935 (R\$ 98.828 em 31 dezembro de 2021), que teve por objetivo a exigência de cobrança de: (i) IRPJ e CSLL, tendo em vista suposta omissão de receita (fatos geradores de fevereiro a dezembro de 2009); e (ii) multa isolada pela falta de recolhimento de IRPJ e CSLL. Em abril 2014, a Companhia protocolou defesa administrativa, e em janeiro de 2015 foi proferido acórdão que rejeitou as preliminares de nulidade, bem como os demais argumentos de defesa, mantendo a integralidade do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM. Em abril de 2015, foi protocolado Recurso Voluntário em face do referido acórdão, objetivando o cancelamento integral da autuação. Apresentado recurso, o mesmo foi distribuído e processado no CARF, nesta egrégia corte ficou definido que o processo deveria ser encaminhado ao fiscal para que seja realizado diligência, após o retorno da diligência o processo foi julgado e o CARF decidiu pelo cancelamento integral da infração. No passo seguinte a Receita Federal, recorreu à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) e agora aguarda-se este julgamento. Em Setembro de 2022, a CSRF decidiu pelo cancelamento integral da autuação, agora, aguarda-se o encerramento definitivo do processo.
- (c) Em setembro de 2017, foi lavrado auto de infração pela Receita Federal, em virtude de suposto aproveitamento de créditos de PIS e COFINS que foram considerados indevidos pela fiscalização, tal glosa de créditos corresponde a um montante de R\$ 42.707 (R\$ 34.371 em 31 dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e até dezembro de 2018 não havia julgamento do caso. O CARF negou provimento ao recurso da Companhia e agora o processo segue em discussão judicial, sem nenhuma decisão

Depósitos judiciais

A Companhia discute o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas, garantido por depósitos para recursos de montantes equivalentes, pendente das decisões legais finais, registrado no ativo não circulante.

	Tributário	Cíveis	Trabalhista	Outros	Total
2022 (a)	99.866	4.519	9.196	900	114.481
2021	14.889	5.676	6.630	755	27.950

- (a) Esclarecemos que, relativamente à tese tributária discutida judicialmente para o não recolhimento do Diferencial de Alíquota no ano de 2022, foram realizados depósitos judiciais nos autos dos Mandados de Segurança n°s 0702448-29.2022.8.01.0001 (AC), 0637060-98.2022.8.04.0001 (AM), 5007563-20.2022.8.08.0024 (ES), 5139854-70.2022.8.09.0051 (GO), 1008787-26.2022.8.11.0041 (MT), 0012795-35.2022.8.17.2001 (PE), 0806183-75.2022.8.18.0140 (PI), 0001379-74.2022.8.16.0004 (PR), 0812661-12.2022.8.20.5001 (RN), 0807594-20.2022.8.23.0010 (RR), 5036347-16.2022.8.21.0001 (RS), 5044901-84.2022.8.24.0023 (SC), 0011238-74.2022.8.25.0001 (SE), 0009017-28.2022.8.27.2729 (TO), por ocasião da ausência e/ou cassação das decisões favoráveis para o mencionado não recolhimento especificamente nesses Estados.

22 Empréstimos

	Encargo	Regime de Colocação	Vencimento Final	2022	2021
Notas promissórias - Banco BTG Pactual (a)	Taxa CDI + 1,95% a.a.	Garantia Firme	19/03/2023	71.778	102.255
Notas promissórias - Banco Bradesco (b) (c)	Taxa CDI + 2,1% a.a.	Garantia Firme	21/12/2024	200.575	-
Outros - Banco Santander				-	4.978
Total Empréstimos				272.353	107.233

- (a) Em 24 de março de 2022, a Companhia captou um novo empréstimo junto ao banco BTG Pactual, por meio de emissão de notas promissórias, totalizando um montante de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais), sendo 5 séries no valor R\$ 2.000 (dois milhões de reais) para a 1ª Série; (ii) R\$2.000 (dois milhões de reais) para a 2ª Série; (iii) R\$2.000 (dois milhões de reais) para a 3ª Série; (iv) R\$32.000 (trinta e dois milhões de reais) para a 4ª Série; e (v) R\$32.000 (trinta e dois milhões de reais) para a 5ª Série (em conjunto ou isoladamente, “Valor Nominal Unitário”), com juros equivalentes a taxa CDI + 1,95% ao ano, com data de vencimento para 19/03/2023. O empréstimo captado em 2021 foi integralmente pago em 31 de março de 2022.
- (b) Em 25 de março de 2022, a Companhia captou empréstimos juntos ao banco Bradesco, por meio de emissão de notas promissórias, totalizando um montante de R\$ 100.000 (cem milhões de reais), correspondente a 1ª emissão, sendo

100.00 (cem mil) notas comerciais, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), sendo amortizado em três parcelas: R\$ 33.333 para a 1ª Parcela com vencimento para 25/03/2023; R\$ 33.333 para a segunda parcela com vencimento para 25/09/2023; e R\$ 33.333 para a 3ª parcela com vencimento para 25/03/2024, com juros equivalentes a taxa CDI + 2,1% ao ano.

- (c) Em 21 de dezembro de 2022, a Companhia captou empréstimos juntos ao banco Bradesco, por meio de emissão de notas promissórias, totalizando um montante de R\$ 100.000 (Cem milhões de reais), correspondente a 2ª emissão, sendo 100.00 (cem mil) notas comerciais, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), sendo amortizado em três parcelas: R\$ 33.333 para a 1ª Parcela com vencimento para 21/12/2023; R\$ 33.333 para a segunda parcela com vencimento para 21/06/2024; e R\$ 33.333 para a 3ª parcela com vencimento para 21/12/2024, com juros equivalentes a taxa CDI + 2,1% ao ano.

As notas promissórias possuem cláusulas restritivas (“*covenants*”) equivalentes à manutenção do índice obtido pela razão entre a dívida líquida e o EBITDA da devedora seja superior a 3,5 (três inteiros e cinquenta centésimos); redução do capital social superior a 10% (dez por cento) e Índice de liquidez corrente da devedora seja inferior a 0,60 (sessenta centésimos). A Companhia cumpriu com as cláusulas restritivas foram cumpridas até 31 de dezembro de 2022.

A movimentação dos empréstimos da Companhia se deu como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	107.233	-
Novos empréstimos	270.000	119.978
Pagamentos de principal	(103.000)	(8.000)
Pagamento de Juros	(24.422)	(10.097)
Juros incorridos	22.542	5.352
	272.353	107.233
Circulante	172.353	107.233
Não circulante	100.000	-

23 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O Capital Social, totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 208.820, está representado por 208.820 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada.

Em 31 de março de 2021, conforme ata de assembleia extraordinária a Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 58.820 (cinquenta e oito milhões e oitocentos e vinte mil reais), mediante a emissão de 58.820 (cinquenta e oito mil e oitocentas e vinte) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1 (mil reais) cada, aumento esse realizado por meio da capitalização de lucros da reserva de incentivos fiscais. Desta forma, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui o montante de R\$ 208.820 (duzentos e oito milhões e oitocentos e vinte mil reais) de capital social. Em 2022 não houve aumento de capital.

b. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, até que alcance 20% do capital social, de acordo com os requisitos da Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

A distribuição de lucros obedecerá às destinações do Estatuto Social da Companhia, bem como à Lei das Sociedades por Ações, conforme segue:

- 5% para reserva legal.
- Distribuição de dividendo mínimo obrigatório, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para incentivos fiscais).

A proposta de dividendos demonstrada nas demonstrações financeiras da Companhia, calculada nos termos dos artigos 196 e 197 da referida Lei, foi calculado como segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	52.874	110.896
Reserva legal	(2.644)	(5.545)
Reserva de incentivos fiscais (e)	<u>(81.736)</u>	<u>(66.867)</u>
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	<u>(31.506)</u>	<u>38.484</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	-	(9.621)
Dividendos Adicionais Propostos (f)	(7.000)	-
Total de Dividendos	(7.000)	(9.621)
Dividendo mínimo obrigatório por ação (em R\$)	-	46,07
Dividendo adicional proposto por ação (em R\$)	-	-
Total Dividendos por ação (em R\$)	33,52	46,07

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros, que deve ser constituída nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral.

e. Reserva de Incentivos Fiscais:

A reserva de Incentivos Fiscais, que deve ser constituída nos termos do CPC N° 07 Subvenção e Assistência Governamentais, refere-se a valores apurados provenientes do enquadramento como subvenção para investimento e, conseqüentemente, exclusão da apuração do IRPJ/CSLL, de valores de créditos presumidos concedidos pelo Estado da Paraíba através do Regime Especial 2018.000035, em decorrência da Lei Complementar n°. 160/17 (“LC n°. 160/17”). Em 2022 foi realizada a constituição de reserva referente ao período corrente, perfazendo o montante total de R\$ 81.736 (R\$ 66.867 em 2021).

f. Dividendos Adicionais Propostos:

Valor de dividendos adicionais constituído proveniente do saldos da reserva de lucro retidos em períodos anteriores.

24 Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita de vendas de produtos	5.946.949	4.873.138
Encargos financeiros de cartões	80.141	53.010
Receita de prestação de serviços	96.713	56.705
Devoluções, cancelamentos e descontos	<u>(416.357)</u>	<u>(439.931)</u>
Receita líquida de devoluções	<u>5.707.446</u>	<u>4.542.922</u>
Tributos municipais	(3.339)	(2.678)
Tributos estaduais	(105.985)	(149.788)
Tributos federais	<u>(464.103)</u>	<u>(357.634)</u>
Receita Operacional Líquida	<u><u>5.134.019</u></u>	<u><u>4.032.822</u></u>

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2022	2021
Diferença Margem ICMS (a)	179.059	159.821
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(15.981)</u>	<u>11.764</u>
Total	<u><u>163.078</u></u>	<u><u>171.585</u></u>

- (a) O valor de R\$ 179.059 é dividido em quatro eventos: (i) R\$473.216: No ano de 2021 e 2022 foram homologados créditos tributários referente à CAT42 (diferença de margem) e CAT83 (crédito indevidamente pago) no montante total de R\$1.006.927. Do valor de R\$186.547 homologado em 2021, R\$26.726 já havia sido registrado no balanço em anos anteriores, sendo acrescido, em 2021, o montante de R\$159.821 no resultado da Cia. Do valor de R\$820.381 homologado no ano de 2022, já havia sido contabilizado nos anos anteriores e demonstrado no saldo de dez/2021 o valor de R\$311.190 na conta de crédito extemporâneo e R\$35.975 registrado nas obrigações acessórias e somado na conta do ICMS a recuperar. Restando assim, o reconhecimento no montante de R\$473.216 para ano de 2022 (vide tabela abaixo). (ii) R\$(24.635): Valor referente ao deságio das vendas dos créditos da CAT42 homologado em 2022. (iii) R\$(204.655): Provisão de despesa de créditos homologados da CAT42. (iv) R\$(64.866): Despesa realizada relativo a pagamento de consultoria sobre créditos homologados da CAT42.

Período Homologação	Período Lançamento	Vir. Autorizado CAT 42/ CAT 83	EFEITO 2021			EFEITO 2022		
			Vir. ICMS Recuperar (Livro) ATIVO	Vir. Crédito Extemporâneo ATIVO	Vir. Resultado 2021 Conta 34212005	Vir. ICMS Recuperar (Livro) ATIVO	Vir. Crédito Extemporâneo ATIVO - Saldo 2021	Vir. Resultado 2022 Conta 34212006
Novembro 2021	2021	80.989.946	12.043.239	9.231.738	59.714.969	12.043.239	68.946.707	-
Dezembro 2021	2021	24.847.666	-	5.451.118	19.396.548	-	24.847.666	-
Janeiro 2022	2021	80.709.255	-	-	80.709.256	35.684.330	45.024.926	-
Subtotal - 2021		186.546.867	12.043.239	14.682.856	159.820.773	47.727.569	138.819.299	
Março 2022	2022	81.257.680	-	-	-	13.030.730	12.530.779	55.696.170
Maio 2022	2022	4.802.976	-	-	-	130.201	1.978.330	2.694.446
Junho 2022	2022	65.699.910	-	-	-	5.879.803	18.313.006	41.507.101
Julho 2022	2022	78.143.438	-	-	-	14.976.823	463.371	62.703.244
Setembro 2022	2022	19.303.180	-	-	-	-	9.250.306	10.052.874
Novembro 2022	2022	446.196.964	-	-	-	2.321.394	209.073.221	234.802.349
Dezembro 2022	2022	124.976.498	-	-	-	364.424	59.581.472	65.759.450
Subtotal - 2022		820.380.646	-	-	-	35.974.527	311.190.484	473.215.635
Total Geral		1.006.927.514	12.043.239	14.682.856	159.820.773	83.702.095	450.009.783	473.215.635

26 Despesas por natureza

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2022	2021
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	(4.039.879)	(3.142.868)
Despesa com pessoal e encargos	(344.481)	(355.944)
Serviços contratados diversos	(208.034)	(165.367)
Logística e distribuição	(120.246)	(99.953)
Depreciação e amortização	(83.607)	(66.038)
Despesa com aluguel	(29.954)	(40.589)
Taxa de administração de cartões	(50.095)	(53.727)
Condomínio e fundos de promoção	(31.498)	(25.985)
Taxas, impostos e contribuições	(19.864)	(29.941)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(15.297)	(3.088)
Despesa com ocupação e manutenção predial	(11.878)	(9.672)
Perdas no recebimento de crédito	(10.031)	(11.040)
Outras despesas	<u>(68.231)</u>	<u>(36.047)</u>
Total	<u>(5.033.095)</u>	<u>(4.040.259)</u>
Classificadas como:		
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	(4.039.879)	(3.142.868)
Despesas com vendas	(595.840)	(429.799)
Despesas gerais e administrativas	(309.332)	(399.981)
Perda por recebimento de crédito	(4.437)	(1.573)
Depreciação e amortização	<u>(83.607)</u>	<u>(66.038)</u>
Total	<u>(5.033.095)</u>	<u>(4.040.259)</u>

As despesas de logística incorridas nos centros de distribuição, incluindo os fretes relacionados ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas estão classificadas como despesas de vendas no montante de R\$ 130.376 (R\$ 101.046 em 2021).

27 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras:		
Juros recebidos de clientes	12.074	9.580
Juros sobre créditos tributários extemporâneos (a)	10.020	5.719
Outras receitas financeiras	<u>5.647</u>	<u>3.510</u>
	<u>27.741</u>	<u>18.809</u>
Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente de fornecedores	(89.991)	(26.469)
Juros sobre risco sacado	(63.783)	(34.596)
Encargos por antecipações de recebíveis (b)	(58.896)	(50.154)
Juros sobre Empréstimos	(22.542)	(5.309)
Juros passivos e multas	(6.345)	(8.754)
Encargos sobre arrendamento mercantil	(11.292)	(5.847)
Outras despesas financeiras	(2.418)	(1.629)
Encargos sobre aluguéis	<u>(487)</u>	<u>(240)</u>
	<u>(255.754)</u>	<u>(125.111)</u>
Resultado financeiro	<u>(228.014)</u>	<u>(106.302)</u>

- (a) Atualização Monetária SELIC referente aos créditos extemporâneos decorrentes da decisão favorável com relação a exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS.
- (b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia antecipou recebíveis, no montante de R\$1.663.089 (R\$1.953.704 em 2021), gerando encargos no valor de R\$ 64.897.

28 Lucro líquido por ação

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23, o capital social da companhia é constituído de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação, total e de operações continuadas:

	2022	2021
Numerador básico e diluído:		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas	52.874	110.896
Denominador básico e diluído:		
Ações em circulação	208.820	208.820
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	253,20	531,06

29 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento da Administração foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

a. Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

A estrutura de capital da Companhia consiste em saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, financiamento - risco sacado de fornecedores, obrigações por arrendamento mercantil financeiro e patrimônio líquido.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade para liquidar seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados à gestão financeira.

b. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	69.487	7.306
Contas a receber	107.861	151.123

	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas	<u>131.663</u>	<u>91.715</u>
Total	<u>309.011</u>	<u>250.144</u>
Outros passivos financeiros:		
Aluguéis a pagar	7.604	12.827
Dividendos adicionais propostos	7.000	-
Passivo de arrendamento	143.098	54.983
Fornecedores	887.428	697.806
Financiamento - risco sacado de fornecedores	200.619	484.388
Empréstimos e Financiamentos	<u>272.353</u>	<u>107.233</u>
Total	<u>1.518.102</u>	<u>1.357.237</u>

Os saldos das contas a receber estão ajustados a valor presente até a data de encerramento de cada exercício; dessa forma, a Administração é de opinião de que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado até a data de encerramento de cada exercício.

Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

c. Riscos financeiros

As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros relacionados à taxa de juros e aos riscos de crédito e de liquidez.

A gestão dos riscos é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A área de Tesouraria identifica e avalia eventuais riscos financeiros e protege a Companhia em cooperação com suas unidades operacionais.

d. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia toma empréstimos apenas em forma de arrendamentos mercantis financeiros e contratos de emissão de notas promissórias com taxas de juros prefixadas.

e. Gestão do risco de crédito

As operações da Companhia compreendem o comércio de eletrônicos, máquinas e equipamentos domésticos, comerciais e de escritório, máquinas e aparelhos eletrodomésticos, aparelhos de áudio, vídeo e som, computadores e microcomputadores, periféricos e telefones celulares. As vendas são substancialmente efetuadas por meio de pagamento com cartão de crédito e os riscos de recebimento não são da Companhia.

f. Gestão de risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia mantém flexibilidade na captação de recursos, mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias com algumas instituições. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Fornecedores	887.428	-	887.428
Financiamento - convênio de aquisição de crédito de fornecedores	200.619	-	200.619
Empréstimos e Financiamentos	190.745	108.105	298.850
Arrendamento mercantil	39.315	136.211	175.527

g. Linhas de financiamento

	31/12/2022	31/12/2021
Conta garantida e limite de crédito bancário: Não utilizado	<u>14.400</u>	<u>14.400</u>

h. Garantias recebidas e concedidas

	31/12/2022	31/12/2021
Garantias concedidas: Cartas de fiança	<u>71.101</u>	<u>72.868</u>

30 Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. As coberturas dos seguros, em valores em 31 de dezembro de 2022, são assim demonstradas:

	Valor
Lucros cessantes	13.000
Incêndio - importância máxima de todos os estabelecimentos	304.550
Veículos	100% Tabela Fipe

A suficiência das coberturas contratadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram avaliadas pelos nossos auditores independentes.

31 Demonstrações do fluxo de Caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Direito de Uso e Arrendamento – adições/ remensurações	121.973	12
Cessão de crédito à receber	468.060	-

32 Eventos subsequentes

a. Cessão de crédito

Do valor demonstrado na nota explicativa 8 de Impostos e Contribuições a Recuperar, para o ICMS destinado a venda a parceiros, no montante de R\$322.942, foi realizada a emissão de notas fiscais de cessão de crédito no valor de R\$77.348 e foi realizada e formalização de novos contratos no valor de R\$195.056 nos dois primeiros meses do ano de 2023, restando apenas R\$50.538 para realização nos próximos 10 meses.

b. Decisão STF - eficácia da coisa julgada tributária

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. Analisamos as decisões individuais transitadas em julgado, e não foi identificado nenhum caso em que tenha havido modificação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal posteriormente, em controle de constitucionalidade.